

O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios

«vivemos num mundo em que o empobrecimento cresce em todas as sociedades, mesmo as mais ricas; um mundo onde triunfam as desigualdades entre os homens e as mulheres, entre os países do Norte e do Sul, onde os jovens e os mais idosos, entre as cidades e o campo, um mundo que consome o laço entre os humanos e a natureza.

... Mas vivemos também num mundo em que por todo o lado surgem iniciativas, projectos, movimentos de cidadãos e cidadãs determinados a alterar a face do planeta, conciliando abertura ao mundo e satisfação local das necessidades.»¹

Um olhar sobre o território

As comunidades continuam a manifestar sintomas de atrasos significativos no seu desenvolvimento integral provocados pelas realidades sociais e geográficas dos territórios. Acentua-se o fosso socioeconómico, educativo, social e cultural entre as comunidades rurais e urbanas. Estes são estigmas materializados na desumanização do território provocados por sintomas exógenos e endógenos: bolsas de pobreza associadas à falta de oportunidades de emprego, ao défice de dinamização da economia local, ao abandono dos territórios e à elevada taxa de analfabetismo. Uma realidade que conduz à exclusão social das populações mais vulneráveis.

O envelhecimento da população associado ao declínio da população jovem e adulta activa provocado pelos movimentos do êxodo rural, o desânimo e descrenças nas melhorias da qualidade de vida individual e colectiva são causas para as quais, é preciso encontrar soluções participadas.

Face a esta realidade social que respostas são possíveis construir com a comunidade? Que alternativas de desenvolvimento têm os actores sociais? Que contributo a Animação Sociocultural pode dar ao desenvolvimento comunitário? Estas são questões provocadoras de reflexão desde a

¹ Excerto da Declaração Final dos Encontros Mundiais do Desenvolvimento Local de Sherbrooke (Canadá) de Outubro de 1998, transcrito pela ANIMAR em *Teses de Amarante. Desenvolvimento Local – Uma oportunidade de Futuro!*

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

perspectiva da Animação Sociocultural, compromisso que deverá conduzir à acção, procurando capacitar os actores do “local” com competências sociais e operativas válidas, que lhes possibilite uma autonomia cultural, política e económica.

É na perspectiva multisectorial do desenvolvimento local e partindo do posicionamento da Animação face aos processos de desenvolvimento, que apontaremos alguns desafios que exigem uma acção comunitária de base participada e consciente, um trabalho com os grupos sociais.

O Desenvolvimento Local/Comunitário

O desenvolvimento local é um processo de transformação da realidade sustentado na capacitação das pessoas para o exercício de uma cidadania activa e transformadora da vida individual e em comunidade. É de capital importância que os grupos não sejam meros utentes de serviços, mas, actores e autores das práticas de desenvolvimento local.

Este modelo de desenvolvimento caracteriza-se por um processo de melhoria das condições culturais, económicas, educativas e sociais das populações através de iniciativas de base comunitária, de valorização dos recursos humanos e materiais em ligação privilegiada com as populações locais e as instituições do território em zonas rurais ou urbanas, no litoral ou interior.

«(...) o Desenvolvimento deve ser um processo integrado, envolvendo as dimensões económica, social, cultural, ambiental e política, privilegiando para essa integração o trabalho a nível local, em meios desfavorecidos, actuação que não se esgota na componente económica do Desenvolvimento, incluindo também com destaque a educação para a auto-estima, a cidadania activa e a valorização da cultura local.»²

Ezequiel Ander-Egg³ classifica o desenvolvimento local enquanto acções à escala microssocial, constituindo um modo de sedimentar a democracia

² ANIMAR, *Teses de Amarante. Desenvolvimento Local – Uma oportunidade de futuro!*, p. 4.

³ Ezequiel Ander-Egg, *Accion municipal, desarrollo local, trabajo comunitario*, p. 112.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

desde a base comunitária e contributo para o fortalecimento dos governos municipais. Ander-Egg sustenta a tese de que o “local” é o âmbito mais adequado para desenvolver programas de desenvolvimento da comunidade.

As organizações comunitárias fortalecem-se com os processos de desenvolvimento local protagonizados pelas acções territoriais dos movimentos sociais e das organizações não governamentais, que de alguma forma são um instrumento de pressão social.

Porque não há desenvolvimento, programas e projectos de Animação Sociocultural ou acção participada sem a célula social básica de uma sociedade – a comunidade – é preciso que compreendamos o conceito social de comunidade, unidade funcional e operativa da acção comunitária.

«Una comunidad es una agrupación o conjunto de personas que habitan un espacio geográfico delimitado y dilimitable, cuyos miembros tienen conciencia de pertenencia o de identificación con algún símbolo local y que interaccionan entre sí más intensamente que en otro contexto, operando en redes de comunicación, intereses y apoyo mutuo, con el propósito de alcanzar determinados objetivos, satisfacer necesidades, resolver problemas o desempeñar funciones sociales relevantes a nivel local.»⁴

Falamos de desenvolvimento local é reflectirmos sobre o desenvolvimento comunitário ou desenvolvimento da comunidade⁵. Os paradigmas e princípios metodológicos subjacentes aos conceitos de desenvolvimento são similares na sua acção de base comunitária.

O desenvolvimento comunitário tem a sua génese no séc. XIX, com os movimentos sociais organizados em ambientes fabris e entre os camponeses que empreendiam múltiplas actividades designadas de desenvolvimento comunitário: educação popular, formação agrícola, serviço de base cooperativa ou mutualista, entre outras formas de entreajuda.⁶ Estes movimentos populares associativos revelam o papel activo dos grupos sociais na assunção do seu

⁴ Ezequiel Ander-Egg, *ibid.*, p. 25

⁵ Conceito estudado e clarificado por Ezequiel Ander-Egg no livro *Accion municipal, desarrollo local y trabajo comunitario*.

⁶ Rudolf Rezsöházy, *El Desarrollo Comunitario*, p. 17

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

próprio destino, tomando em mãos a resolução das problemáticas comunitárias. Rudolf Rezsöházy afirma que,

«(...) o *Desarrollo Comunitário* es una acción coordinada y sistemática que, en respuesta a las necesidades o a la demanda social, trata organizar el progreso global de una comunidad territorial de una población-objetivo, con la participación de los interesados.»⁷

O desenvolvimento local opera-se com a participação comunitária. Ele deverá nascer do diagnóstico da realidade social, procurando responder às expectativas e colmatar as necessidades mais prementes dos grupos. Um processo sustentado nos recursos endógenos do território e partilhado pela comunidade. Uma aposta na educação permanente geradora de um desenvolvimento cultural, social e económico.

O desenvolvimento comunitário é um desafio permanente, espaço de construção de uma cidadania activa e fundamento da democracia participativa. A comunidade é o nervo central para a sustentabilidade da construção de alternativas de desenvolvimento dos territórios, capaz de gerar sinergias criativas localizadas no envolvimento das populações.

Alguns princípios operativos do desenvolvimento local ou comunitário encontram correspondência no documento “*Desenvolvimento de Comunidade e serviços conexos*” das Nações Unidas, de 1956. Um conjunto de serviços técnicos a desenvolver com programas de desenvolvimento da comunidade.

O desenvolvimento de iniciativas de educação para a saúde, para a capacidade produtiva e bem-estar da comunidade; outras direccionadas para a economia doméstica, tratando-se de um modo de educação informal das famílias rurais são alguns dos serviços. O desenvolvimento de serviços de educação, a escola como instrumento de desenvolvimento e a educação direccionada para combater o problema do analfabetismo da população adulta e de orientação e formação profissional; a promoção de cooperativas com o intuito de criar as condições sociais indispensáveis para o desenvolvimento comunitário; o fomento do artesanato e das indústrias rurais e outras pequenas

⁷ Rudolf Rezsöházy, *ibid.*, p. 18

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

indústrias, como modo de gerar emprego e facilitar o aproveitamento dos recursos materiais das comunidades e o favorecimento da educação e das actividades recreativas são outros serviços enunciados pelas Nações Unidas.

O desafio do desenvolvimento local e comunitário reside no axioma “*pensar global, agir local*”, ou seja, é partindo da realidade social que devem ser encontradas soluções participadas, integradoras e valorizadoras das gentes e dos recursos comunitários.

A Economia Social e Solidária

O conceito de economia social tal como o desenvolvimento comunitário tem a sua génese no séc. XIX, num período posterior às injustiças sociais provocadas pela revolução industrial. Este modelo económico emerge num contexto em que os trabalhadores mais desfavorecidos tentaram encontrar formas de reagir ao mercado, criando assim, uma economia de entre-ajuda e de cooperação. É neste período que surgem as cooperativas, as associações e as mutualidades.

O conceito de economia social renasce nos anos 80, com a globalização e o agravamento das condições sociais. A pobreza e a consequente exclusão social fizeram surgir o conceito de economia solidária, que no quadro europeu francófono designa as novas formas de economia social, devido há sua relação com o desafio da solidariedade.

As cooperativas de diferentes áreas de actividade; as associações, especial referência para as irmandades da misericórdia, mutualidades e outras instituições particulares de solidariedade social de natureza associativa, incluindo as associações de voluntários de acção social, as colectividades de cultura e recreio; as fundações em geral, com destaque para a Caritas e centros paroquiais são entidades classificadas como passíveis de integrarem o sector da economia social e solidária no séc. XXI.

Atendendo a que as instituições de solidariedade social desempenham um papel de reconhecido valor social com a comunidade na prossecução de

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

um conjunto de acções, que têm contribuído para minimizar os riscos da exclusão social e da pobreza entre outros males sociais, e porque muitas dessas instituições estão sob a tutela da Igreja Católica, é oportuno fazer uma breve alusão à Instrução Pastoral “A Acção Social da Igreja” de 1997. Uma alusão a propósito do papel da Animação na comunidade, que entendemos ser um sinal da “consciência social” da Igreja para a Animação Comunitária.

A Instrução Pastoral referida anteriormente argumenta que a Animação consiste na consciência dos problemas sociais à luz da Doutrina Social da Igreja e na motivação para o desenvolvimento de actividades consequentes. A Conferência Episcopal Portuguesa na Instrução Pastoral alerta para que,

«(...) a caritas exerça o seu papel na animação da pastoral social, contribuindo, em especial, para o conhecimento dos problemas e a sua leitura à luz da doutrina social da Igreja; o apoio à criação e funcionamento de serviços paroquiais de acção social; a intervenção social, com empenhamento directo na prevenção e solução dos problemas; o contributo possível para a transformação social em profundidade, nomeadamente no domínio das relações sociais, dos valores e do ambiente, em ordem ao desenvolvimento solidário; a formação de agentes (...).»⁸

No mercado de economia social e solidária, o elemento central é a pessoa humana, simbolizada na comunidade e o seu bem-estar e qualidade de vida. As organizações sociais procuram satisfazer as necessidades do colectivo através da produção de produtos e serviços de proximidade sustentados nos recursos comunitários, bem como, a promoção do apoio à criação de novas oportunidades de emprego e inclusão social, através das empresas de economia social e solidária.

Os projectos de economia solidária, modelo económico de base comunitária encontram correspondência nos processos de desenvolvimento comunitário. Estes empreendimentos sociais são uma resposta às necessidades das populações locais e promotores de participação económica e democrática na dinamização dos territórios e de coesão social.

No mercado de economia social todos os elementos da organização são responsáveis pelo empreendimento, as decisões são tomadas por todos,

⁸ Extracto do documento *Instrução Pastoral “Acção Social da Igreja”*.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadersanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

organizados num sistema de autogestão democrática. Há igualdade de direitos e praticam um regime especial de propriedade e distribuição da riqueza, empregando os excedentes do exercício no crescimento da entidade e na melhoria dos serviços prestados aos sócios e à comunidade.

A missão da economia social manifesta-se na produção de bens e serviços, na promoção da cidadania activa e pelo interesse da comunidade que encontra possíveis soluções no exercício do papel social das estruturas associativas, ao nível da resolução de alguns problemas sociais: desemprego, microcrédito, habitação, saúde, educação e pobreza em meio rural e urbano.

É no âmbito dos serviços de proximidade que a economia social tem maior impacto ao nível do crescimento e desenvolvimento. A Comissão Europeia⁹ aponta quatro áreas promissoras de iniciativas no quadro da economia social: vida quotidiana, melhoria do quadro de vida, cultura e ambiente. As iniciativas no domínio dos serviços da vida quotidiana são a guarda de crianças, serviços ao domicílio, novas tecnologias e apoio a jovens com dificuldades de inserção. Para os serviços culturais são registadas actividades no contexto do turismo, do audiovisual e na valorização do património cultural e desenvolvimento cultural local. Os serviços de melhoria do quadro de vida dão-se ao nível da melhoria do habitat, da segurança, dos transportes colectivos locais, na revalorização dos espaços públicos e do comércio de proximidade. Por fim, os serviços ambientais, ao nível da gestão de lixos e de água, controlo da poluição e manutenção de espaços naturais.

A economia solidária é promotora de desenvolvimento local e regional assente na valorização dos recursos endógenos e do investimento dos próprios resultados nesse mesmo desenvolvimento. É esta regra da economia social e solidária que os agentes do local têm que assumir com estratégia *in loco* do desenvolvimento comunitário.

⁹ Luís Manuel Jacob Jacinto, *Ajudantes de Seniores: Uma proposta de perfil profissional para as IPSS*, p. 21

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

A Animação Sociocultural, metodologia de acção nos processos de desenvolvimento

A Animação Sociocultural enquanto metodologia de intervenção social é uma prática inalienável do desenvolvimento comunitário. Um princípio basilar dos processos de Animação e desenvolvimento com a comunidade é a participação dos colectivos.

A Animação acontece nos métodos de desenvolvimento da comunidade através de um conjunto de iniciativas, desde que, haja o envolvimento activo e comprometido dos grupos sociais nas práticas de acção comunitária.

A Animação Comunitária encontra um campo fértil de actuação no fomento do associativismo, nas actividades de voluntariado e do trabalho juvenil, nas políticas de educação cívica e de pedagogia de consciência crítica, nas iniciativas que promovam a identidade comunitária nomeadamente, a promoção do património cultural e natural, símbolo vivo da cultura local.

A Animação direccionada para os processos de desenvolvimento local deve privilegiar novas formas de olhar a realidade na perspectiva das gentes, trabalhar com elas um conjunto de competências, valores e princípios desde as suas raízes culturais, no sentido da valorização da auto-estima e da cultura, elemento central da ideia de comunidade.

Animar o desenvolvimento comunitário é educar para os valores do “local”, sensibilizar para o papel que cada indivíduo pode cumprir para o bem comum. É sedimentar espaços de construção alternativos à realidade presente, enfim, é provocar a mudança social com a comunidade. As pessoas deverão assumir o protagonismo da acção comunitária, um processo difícil de se construir na sustentabilidade da participação, mas certamente, mais activo, consciente, democrático e libertador de preconceitos culturais e estigmas sociais associados ao território local.

O associativismo é um dos vectores de intervenção no território. Ele é escola de cidadania activa, espaço de Animação Sociocultural e de desenvolvimento de percursos de educação não formal, fomentador da

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

democracia cultural. As colectividades locais deverão ser agentes da valorização e preservação da cultura popular e contribuintes da mudança social.

A Animação Comunitária tem que sustentar a sua acção num projecto de educação para o desenvolvimento, esta entendida como forma de educar para o sentido cívico, para a formação de cidadãos conscientes e participantes no próprio processo de desenvolvimento. A educação para o desenvolvimento está direccionada para a provocação da mudança de mentalidades, atitudes e comportamentos do indivíduo e do grupo. A Animação enquanto método educativo tem que educar para a solidariedade, para a responsabilidade colectiva, para a auto-estima e valorização da cultura do território.

Porque falamos de Animação, educação para o desenvolvimento e participação, o desafio actual não deve centra-se em transmitir conhecimentos a partir de um programa preconcebido com conteúdos elaborados à margem da participação das gentes e da sua realidade, dos seus saberes e experiências, mas, um currículo aberto. Os programas educativos em contexto de educação não formal deverão ser um convite à construção do conteúdo programático, ou seja, a partir das vivências comunitárias desenhar um programa curricular. Um projecto de educação comunitária valorizadora da cidadania activa, de estudo da realidade social envolvente, um tempo de discussão e busca de soluções num processo de educação permanente.

Nos territórios deprimidos social, cultural e economicamente, os actores sociais precisam de acreditar no futuro, nas suas capacidades enquanto comunidade capaz de mudar o entorno social. Certamente, os métodos educativos da Animação contribuirão para que os colectivos tomem consciência da sua realidade e desenvolvam competências para alterá-la.

O desafio do trabalho comunitário para os Animadores Socioculturais está na mobilização dos colectivos para a participação, partindo das práticas educativas desenvolvidas com as pessoas, na provocação de consciências para a transformação do entorno sociocultural, para um projecto de (des)envolvimento, envolver para desenvolver. O Animador Sociocultural no trabalho

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

com as comunidades deve ser um conhecer dos recursos comunitários, estar consciente das dinâmicas dos grupos e instituições, um facilitador de informação e do envolvimento das pessoas nos métodos comunitários.

Tomás Díaz¹⁰ descreve um perfil de Animador Rural capacitado no domínio das técnicas de educação não formal vinculada ao desenvolvimento comunitário, com capacidade para realizar projectos de investigação participativa dos recursos desaproveitados; domínio de técnicas de pedagogia criativa; articulação de projectos operativos e realistas de desenvolvimento; promoção da vida associativa, enquanto fundamento da fortificação do tecido social e capacidade para cooperar com o movimento cooperativo local e saber formar líderes. Entendemos que estas características do perfil de Animador, não devem limitar-se ao Animador Rural, mas sim, ser o perfil do Animador que intervêm nas dinâmicas do desenvolvimento local/comunitário, independentemente de ser num território rural ou urbano.

A Animação Sociocultural deve despoletar acções mobilizadoras de vontades, que partindo da realidade social e das reais necessidades das populações possa facilitar canais de comunicação, de encontro, de realização pessoal e colectiva.

O Animador deve assumir um papel de dinamizador comunitário, de educador, um facilitador de dinâmicas de desenvolvimento local no âmbito associativo. A facilitação em Animação é sinal de maior capacidade de solucionar problemas, de acesso a uma maior e diversificada informação. É sinónimo de envolvimento e consequentemente, facilitadora da tomada de decisões sustentadas no conhecimento da realidade e na posse de informação credível.

As práticas de Animação Sociocultural em projectos de desenvolvimento local serão efectivas quando o Animador tenha contribuído para que, através de acções participadas os grupos sociais estejam envolvidos activamente nos programas de desenvolvimento comunitário. A Animação do “local” e da comunidade devem traduzir-se num processo educativo de base, procurando

¹⁰ Tomás Díaz apud José Maria Quintana, *Los ámbitos profesionales de la Animación*, p. 103.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

responder aos desafios quotidianos das gentes, acompanhando a evolução dos projectos e apoiando a emergência de iniciativas associativas.

Um recurso, um desafio

A cultura materializa-se num conjunto de práticas sociais e culturais identitárias de uma comunidade e do território. Ela é constituída por artefactos construídos e trabalhados pelo colectivo, é um património rico em diversidade cultural e símbolo material da memória colectiva. A cultura é um recurso endógeno do território e das suas comunidades, ela poderá ser potenciadora de novas dinâmicas socioculturais e constituinte de emprego. Um horizonte no qual, as pessoas são parte activa integrante dos processos de desenvolvimento local.

A dinamização da actividade cultural numa visão de sustentabilidade social e microeconómica das populações é certamente um desafio para os territórios e para os responsáveis das políticas de desenvolvimento. A Animação Sociocultural pode contribuir para um projecto de coesão social, de “avalanche económica” através da cultura, um recurso endógeno comunitário.

Os colectivos têm que estar sensibilizados para os proveitos que se podem obter da cultura. Este é um processo contínuo de consciencialização dos grupos para o património cultural. A ideia de participação activa e de uma cidadania cultural é uma convocatória a um compromisso social com o desenvolvimento local através da cultura. Não há comunidade sem uma identidade cultural colectiva. Esta constrói-se com as práticas socioculturais e no desenvolvimento de uma consciência crítica do que é o património cultural, numa perspectiva de desenvolvimento local e economicamente sustentado.

A ideia de cultura deve ser concebida como elemento de inclusão social, uma responsabilidade de um conjunto de instituições – museus, autarquias, centros culturais, teatros e associações –, que têm um papel activo em projectos de desenvolvimento comunitário no contexto cultural. A auto-estima das pessoas podem ser trabalhadas desde a cultura, é imperioso desenvolver

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

um processo de consciencialização através da cultura, trabalhar atitudes e comportamentos, desenvolver processos sustentáveis de empregabilidade desde a cultura.

Os agentes do desenvolvimento local, nomeadamente os Animadores, não podem conceber a ideia de desenvolvimento comunitário divorciada das pessoas, dos territórios e dos seus recursos. Pensar o desenvolvimento é promover práticas de cidadania activa e comprometidas com a cultura. A Animação Sociocultural deve actuar como o garante da comunidade no acesso ao usufruto sustentado do património cultural.

A sociedade precisa de Animadores Socioculturais comprometidos com a cultura dos valores, da justiça social, do compromisso com o desenvolvimento sociocomunitário e de Animadores carregados de humanismo.

Bibliografia

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

ANDER-EGG, Ezequiel. *Accion Municipal, desarrollo comunitário y trabajo social*, col. «Série de estúdios sociales», Ayuntamiento de Guia de Isora, Guia de Isora, 2003.

ANIMAR. *Teses de Amarante. Desenvolvimento Local – Uma oportunidade de futuro!*, ANIMAR, 1998.

CAMPOS, Manuel Canaveira de. «Uma Outra Forma de empreender», *Pessoas e Lugares*, (Julho/Agosto 2005), Rede Portuguesa LEADER +, Lisboa.

CAVACO, Cristina. «Economia Social e Solidária», *Pessoas e Lugares*, (Julho/Agosto 2005), Rede Portuguesa LEADER +, Lisboa.

s.a.. *Educação para o Desenvolvimento. Uma experiência europeia de formação e de pesquisa-acção em ED dirigida aos animadores-as de jovens*, CIDAC, s.l..

GONSÁLEZ, M.^a Teresa Martín (coord.). *Economia Social y Animación Sociocultural*, Sanz y Torres, Madrid, 2000.

JACINTO, Luís Manuel Jacob. *Ajudantes de Seniores: Uma proposta de perfil profissional para as IPSS*, Lisboa, 2003.

PALMA, Graça e Nelson Dias. *Dar Rosto à Intervenção. Os Animadores de Desenvolvimento Local*, Associação IN LOCO, Faro, 2001.

QUINTANA, José Maria. *Los ámbitos profesionales de la Animación*, col. «Narcea Sociocultural», Narcea Ediciones, Madrid, 1993.

REZSOHAZY, Rudolf. *El desarrollo Comunitário*, col. «Narcea Sociocultural», Narcea Ediciones, Madrid, 1988.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044

SANTOS, Paula Matos dos. «Toda a Economia Deveria Ser Solidária»,
Pessoas e Lugares, (Julho/Agosto 2005), Rede Portuguesa LEADER +, Lisboa.

Albino Luís Nunes Viveiros
(Animador Sociocultural)

<http://animasocioculturaleinsularidade.blogspot.com>

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Nunes Viveiros, Albino Luís; (2008); **O Desenvolvimento Local e a Animação Sociocultural. Uma comunhão de princípios**; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 8; JULIO de 2008; ISSN 1698-4044